

Salários já não motivam congressistas a tentar reeleição

MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — Atropelados pela crise econômica que dominou o país nos últimos anos, muitos deputados e senadores consideram que garantir uma eleição para o Congresso já não significa ter direito às mesmas vantagens de épocas anteriores. O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), lembra que quando chegou à na Câmara, em 1974, seu salário equivalia a cerca de US\$ 8 mil mensais. Hoje, deputados e senadores ganham R\$ 4.088 (valor bruto), recebendo mais R\$ 4.088 em caso de convocação extraordinária, independentemente do número de sessões.

— As pessoas dizem que os parlamentares são marajás, mas não sabem que muitas funções do Poder Judiciário pagam mais do que aqui, quando o certo seria a isonomia dos poderes. Sem falar nas estatais, que são verdadeiras caixas-pretas — afirmou Inocêncio, ao propor a criação de um seminário para a ampla discussão da isonomia salarial dos três poderes.

Embora o cargo parlamentar ainda garanta prestígio e influência, vários políticos desistiram de concorrer à reeleição simplesmente porque achavam estar ganhando mal. Além disso, não conseguiam mais cuidar de seus negócios particulares:

— A verdade é que hoje há vereadores ganhando mais do que um deputado federal — afirma o deputado Adylson Motta (PPR-RS).

E certo que os parlamentares ainda têm direito a vantagens como apartamentos funcionais e passagens aéreas para seus estados (deputados recebem quatro por mês e senadores, cinco). É certo ainda que são beneficiados pelo pouco rigor no controle da assiduidade — as semanas de trabalho vão de terça-feira a quinta-feira e, nos últimos três meses, as atividades no Congresso foram praticamente paralisadas. Apesar disso, as queixas se acumulam. A maior parte dos deputados reclama da fama de “marajás”, lembrando que os senadores têm direito a mais vantagens, incluindo carro, ajuda de custo e uso da gráfica.

Já prevendo problemas com a chegada dos novos deputados, em fevereiro, o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, fará uma proposta diferente à Mesa Diretora da Casa. Ele vai pedir que seja oferecido dinheiro aos parlamentares que não conseguirem se reeleger, para que abandonem seus apartamentos funcionais até dezembro. Com isso, Sabino espera evitar o aborrecimento de ficar pedindo aos deputados derrotados que devolvam seus apartamentos. Ele garante que haverá economia:

— O mandato só termina oficialmente no dia 31 de janeiro e os novos deputados assumem dia 1º de fevereiro. Só que os deputados têm até 30 dias para desocupar os imóveis e só são obrigados a sair em março. Assim, acabamos tendo que gastar muito mais pagando a hospedagem dos deputados e das suas famílias em hotéis, enquanto os apartamentos estão ocupados.